

## **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE IMBUIA**

### **VOLUME II – DIAGNÓSTICO, PROPOSTAS E DIRETRIZES**

#### **ELABORAÇÃO:**

**AMA VI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí**

#### **DIRETORIA 2008**

Presidente: Paulo Cezar Schlichting da Silva – Agrolândia

1º Vice-Presidente: Ivo Adami – Presidente Getúlio

2º Vice-Presidente: Odenir Felizari\* - Rio do Oeste

Secretário Geral: Hugo Lembeck - Salete

1º Secretário: Vilmar Zandonai – Aurora

Tesoureiro Geral: Vanderlei Voltolini – Presidente Nereu

1º Tesoureiro: José Goetten de Lima\* - Taió

#### **CONSELHO FISCAL**

Edna Beltrame Gesser\* – Dona Emma

Milton Hobus\* - Rio do Sul

Neri Fermino - Imbuia

#### **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL**

Paul Zerna – Witmarsum

Lourival Lunelli\* – Vitor Meireles

Fernando Luiz Hoffmann\* – Trombudo Central

#### **SECRETARIO EXECUTIVO**

Agostinho Senem

#### **ASSESSORIA TÉCNICA**

Dr. Luiz Alberto de Souza – Arquiteto e Urbanista

#### **RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Fabiana Meurer - Arquiteta e Urbanista – Crea/SC 063288-7

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Avenida Bernardino de Andrade, 86 – Centro – CEP: 88440-000

Fone: (47) 3557-1123

Prefeito Municipal: **Neri Fermiro**

Vice-Prefeito: **João Schwamback**

#### **CÂMARA DE VEREADORES**

Alsona Brito – Presidente da Câmara

Jose Rogério dos Santos

Eliana Peixe Ferreira

Faustino Kammers

Neusa Sebold Esser

Deny Scheidt  
Henrique Leopoldo Erhardt  
Amilton Machado  
Evaldo Erhardt

**EQUIPE DA PREFEITURA** (Decreto Municipal nº 17/07)

Cleucir Antonio Fuck – Setor Tributação, INCRA e Serviço Militar  
Valdori Steinheuser – Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento  
Deise Bennert – Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento

**NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

(nomeado pelo Decreto Municipal nº 009 de 16.05.2007)

Cleucir Antonio Fuck – Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento  
Dulciani Allein Schlickmann – Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente  
Valdori Steinheuser – Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento  
Neusa Sebold Esser - Câmara de Vereadores  
Faustino Kammers - Câmara de Vereadores  
Ozair Soares - Celesc  
Edson Carlos de Quadra - Epagri  
Elcio José Goedert – Rádio Comunitária  
Marcos Antônio de Souza - Rádio Comunitária  
Rômulo de Menezes Veiga - Adecom  
Vanderlei Valdir da Silva – Associação Comercial e Industrial de Imbuia  
Lourival Arnold – Associação Comercial e Industrial de Imbuia  
Adriano da Cunha – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
Agenor de Souza – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
Alírio Henckemeier – Sindicato dos Produtores Rurais  
Deise Bennert - Instituições Acadêmicas e de Pesquisa

**COLABORAÇÃO**

Longino Bennert – Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente  
Neuza Terezinha Koerich – Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto  
Eliana Peixe Ferreira – Vereadora  
Valério Ernestino Sens - Assessor Jurídico  
Amarildo de Farias – Polícia Civil de Imbuia  
Arlindo Kammers – Vereador  
Emidio Rodrigues – Vereador  
Valderci Scheidt – Vereador  
Jânio Marcio Goedert – Associação Comercial e Industrial de Imbuia  
José Ferreira – Polícia Militar de Imbuia  
Lenoir Bezerra – Polícia Militar do município de Imbuia  
Marciano Rode – EPAGRI  
Marilan Pedro Dumke – Engenheiro Civil  
Paulo Afonso Gesser – Cartório Escrivania de Paz  
Rodrigo Mees – Assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal de Imbuia  
Ronério Bruch - Polícia Militar do Município de Imbuia  
Valdir Alves – Conselho Municipal de Segurança - CONSEG

## SUMÁRIO

Introdução.....	04
Metodologia.....	05
Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo.....	06
Lançamento do Plano Diretor Participativo no Município.....	08
Levantamento de Dados.....	09
Diagnóstico.....	10
Propostas e Diretrizes.....	30
Elaboração do Projeto-de-lei.....	44
Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal.....	47
Material de Divulgação.....	48

## INTRODUÇÃO

Nos termos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), o Plano Diretor está definido como sendo **o instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana de um município**. Ou seja, o Plano deve definir o melhor modo de ocupar o território de um município, prever os pontos onde se localizarão as atividades e todos os usos do espaço, presente e futuros.

Mesmo sem a exigência em lei da elaboração do Plano Diretor, todos os municípios do Alto Vale do Itajaí optaram por elaborar seu Plano Diretor Participativo em parceria com a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Na primeira etapa foi realizada a compilação de uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados. Os dados levantados foram apresentados na forma de textos e tabelas formando um documento completo em si mesmo, que além de subsidiar a elaboração do Plano Diretor, servirá como fonte de consulta e referência tanto para a Administração Municipal como para a iniciativa privada.

O objetivo do Levantamento de Dados foi conhecer em profundidade todos os aspectos da vida de Imbuia, de forma a embasar o Diagnóstico e as Propostas e Diretrizes, que são apresentadas no Volume II e expressas em forma de lei no terceiro e último volume deste trabalho.

As informações apresentadas no Levantamento de Dados do Plano Diretor possibilitaram análises setoriais mais detalhadas, mas não formaram uma visão de conjunto, holística e integrada, da cidade como um todo. Por este motivo é preciso sintetizar e inter-relacionar estes dados, o que foi feito no Volume II através de discussões com a população utilizando a metodologia CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.

A partir desta análise geral é possível chegar a uma síntese global da realidade do município, o que possibilitou a elaboração das Diretrizes e Políticas Setoriais e das Propostas.

O Plano Diretor só será eficaz se fizer parte de um processo contínuo de planejamento, no qual, ao invés de improvisos, busca-se antecipar soluções, evitar problemas e assim preparar o futuro.

Uma vez aprovado, o Plano Diretor deve ser revisado periodicamente, para que permaneça atualizado, acompanhando o crescimento da cidade e adaptando-se às novas contingências. A cidade é dinâmica como um organismo vivo e o Plano Diretor deve estar apto para acompanhar este dinamismo.



## METODOLOGIA

A elaboração do Plano Diretor, segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257/2001 exige a participação efetiva de todos os cidadãos. É importante que as etapas sejam conduzidas, elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas de cada prefeitura e pela sociedade civil organizada (associação de moradores, entidades de classe, ONG's, entidades profissionais, sindicatos e instituições que tradicionalmente falam diretamente aos cidadãos).

O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial criado através de lei municipal e formado por representantes do poder público e da sociedade civil, foi o órgão responsável pelo acompanhamento da elaboração do Plano Diretor no município, e será responsável pelo controle e fiscalização da sua implementação.

Além das reuniões com o Núcleo Gestor, as audiências públicas também são requisitos obrigatórios no processo de discussão do Plano Diretor, sendo condição para validação da lei municipal que institui o Plano Diretor.

O Plano Diretor Participativo do Município de Imbuia foi desenvolvido segundo as seguintes etapas:

- **1ª Etapa – Levantamento de Dados;**
- **2ª Etapa – Diagnóstico;**
- **1ª Audiência Pública** (discussão com a Comunidade das prioridades para o município e que viraram as Políticas Públicas Setoriais no Projeto-de-lei);
- **3ª Etapa – Propostas e Diretrizes;**
- **2ª Audiência Pública** (discussão das Propostas com a Comunidade);
- **4ª Etapa – Elaboração do Projeto de Lei.**

O cronograma geral de execução das etapas foi o seguinte:

- Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo – 05/10/2005
- Lançamento do Plano Diretor Participativo no município – 26/10/2005
- 1º Etapa – Novembro 2005 a Setembro 2006
- 2º Etapa – Outubro 2006 a Outubro 2007
- 1ª Audiência Pública – 23/10/2007
- 3º Etapa – Novembro 2007 a Abril 2008
- 2ª Audiência Pública – 23/04/2008
- 4º Etapa – Maio e Junho 2008
- Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal – 11/07/2008
- Sanção da Lei – 12/12/2008

## LANÇAMENTO REGIONAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Em reunião realizada no dia 5 de outubro de 2005 no Parque Universitário Norberto Frahm em Rio do Sul, a AMAVI fez o lançamento do projeto Plano Diretor Regional Participativo. Participaram do evento prefeitos, vereadores, secretários municipais, representantes da imprensa regional e comunidade. Para realização do projeto a região do Alto Vale do Itajaí foi dividida em cinco micro-pólos com sede nos municípios de Ibirama, Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Trombudo Central. Durante a reunião os técnicos da AMAVI apresentaram o cronograma para execução do projeto em cada município. No Alto Vale do Itajaí somente o município de Rio do Sul possuía prazo limite para conclusão do plano, até outubro de 2006. Esta obrigatoriedade está relacionada ao número de habitantes, ou seja, municípios com população acima de 20 mil habitantes. Atalanta, Presidente Getúlio, Salete, Vidal Ramos, Rio do Oeste, Ibirama e Vitor Meireles também possuem exigência de elaborar o plano, porque se inscreveram junto ao Ministério do Turismo como municípios com potencial turístico, porém sem definição de prazo limite. Por definição da 2ª. Conferência Regional das Cidades do Alto Vale do Itajaí, os demais municípios também resolveram elaborar seu Plano Diretor. Segundo o presidente da AMAVI, prefeito Carlos Hoegen, esta reunião marca o início de um trabalho que deverá ser realizado com a participação dos diferentes segmentos da sociedade. "Através do conhecimento técnico que a equipe da AMAVI possui, e com a colaboração de todos vamos realizar um grande mutirão pelo Alto Vale".





## LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO

A visita da equipe da AMAVI, composto pelo Presidente da instituição e a coordenação Geral do Plano Diretor Participativo, ao município de Imbuia aconteceu no dia 26 de outubro de 2005, para a apresentação do arquiteto coordenador dos trabalhos no município, bem como para apresentar ao prefeito, secretários e líderes comunitários, a trajetória prevista pelo processo de planejamento territorial e a metodologia a ser utilizada na elaboração dos Planos Diretores.





## LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de dados é a primeira etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo, onde foram coletados uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, e que estão reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados.

No final desta etapa, no dia 05 de Setembro de 2006, foi realizada uma reunião com representantes da Prefeitura Municipal para a apresentação do Levantamento de Dados, onde foi entregue uma cópia do Volume I e discussão dos dados apresentados.

Na sequência foi aberto espaço para discussão e identificação do perfil (vocação) do município com os presentes, com o slogan **“A cidade que temos e a cidade que queremos ter”**. **Qual o desenvolvimento pretendido de acordo com a realidade do município?**

A discussão resultou na identifica  o do perfil atual do município de Imbuia como de **Município Agrícola**, com todos os setores da economia baseados e dependentes do setor primário. Foi consenso dos presentes a inten  o de que este perfil permaneça o mesmo, mas que haja a  o  es que incentivem    permanência do agricultor na área rural como:

- Incentivo ao Agrot  rismo;
- Implanta  o de agroindústrias que agreguem valor aos produtos produzidos no município;
- Programas de extensão rural;
- Cria  o de Cooperativas de produtores;
- Incentivo a Produ  o Orgânica;
- Implanta  o de Agência Bancária que forneça crédito agrícola no município.



## DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é a segunda etapa na elaboração do Plano Diretor, onde é feita a interpretação dos dados levantados e a identificação dos problemas, conflitos e potencialidades do município. Por fim, são definidos os temas prioritários para a organização territorial do município.

Para a realização do Diagnóstico optou-se pela utilização da metodologia CDP, onde a sobreposição das informações obtidas permite lançar uma proposta mais precisa e de acordo com as necessidades da população.

A sistemática CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida pelo órgão alemão GTZ, foi introduzida em Santa Catarina através do Gaplan (Gabinete de Planejamento do Estado), em 1983. Trata-se de um método de organização criteriosa e operacional de dados e fatos levantados, que facilitam a identificação de problemas e oportunidades, possibilitando apresentação de forma compreensível e de fácil visualização, sendo por este motivo um instrumento muito útil na discussão do Plano Diretor junto à comunidade.

Ao se adotar a metodologia CDP, classificam-se os dados levantados em três categorias básicas:

- **CONDICIONANTES:** São os elementos físicos do ambiente natural ou construído, ou planos e decisões existentes, com conseqüências futuras no ambiente físico-territorial, que determinam a ocupação e uso do espaço em estudo. As condicionantes figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades. São elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados.
- **DEFICIÊNCIAS:** São situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas e regionais e que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento das áreas urbanas ou territoriais e suas comunidades. Geram demandas de recuperação e melhoria sendo, portanto, elementos que representam problemas que devem ser solucionados.
- **POTENCIALIDADES:** São elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitadas adequadamente e podem ser incorporados positivamente ao sistema urbano, sem a necessidade de grandes investimentos públicos. Geram demandas de inovação sendo, portanto, elementos que representam melhorias na qualidade de vida das cidades.

A finalidade deste processo de sistematização e avaliação das informações consiste em identificar as áreas de ação, da confrontação da situação atual com uma situação mínima desejável determinada pela política, pela comunidade, por órgãos setoriais e na determinação das medidas prioritárias para satisfazer eficientemente a esta demanda.

Partindo deste princípio, deve ser atribuída máxima prioridade às medidas de desenvolvimento que resultem na eliminação de deficiências, levando-se em consideração as condicionantes pré-existentes e ao mesmo tempo aproveitando as potencialidades ou recursos ao alcance da administração local.

Após a classificação de todos os dados nestas três categorias – lembrando que um item pode ser considerado simultaneamente como condicionante, deficiência e potencialidade – chegamos à determinação das prioridades de ação para o município.

A aplicação da metodologia C.D.P. no Plano Diretor de Imbuia foi utilizada tanto na Leitura Técnica como na Leitura Comunitária. A Leitura Técnica foi realizada através de reuniões da equipe técnica da Amavi com a equipe de suporte da Prefeitura. A Leitura Comunitária foi realizada através de reuniões com o Núcleo Gestor do município e uma Audiência Pública com a comunidade.

Nas reuniões com o Núcleo Gestor foi feita a interpretação e discussão dos dados levantados e a identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (C.D.P.) do município baseadas em 4 grandes temáticas: **1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais, 2. Aspectos Físico-territoriais, 3. Infra-estrutura Social e 4. Infra-Estrutura Física** e por último foi realizada a identificação das prioridades e estratégias para o futuro do município. O resultado das reuniões de discussão do diagnóstico pode ser observado nas atas a seguir:

## **1ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia**

Data: **29/05/2007**

Horário: **15:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Esclarecimentos sobre o Plano Diretor, metodologia de elaboração e formas de participação; Apresentação das atribuições do Núcleo Gestor e Definição do seu Regimento Interno.**

Nº de Participantes: **10 pessoas**

**Ata da 1ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Imbuia:** Aos 29 de maio de 2007, às 15:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Imbuia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 009/07, para sua primeira reunião. A pauta da reunião, conduzida pela Arquiteta Coordenadora do Plano Diretor do município, Fabiana Meurer, foi a seguinte: 1. Esclarecer o que é o Plano Diretor, sua metodologia de elaboração e as formas de participação. 2. Apresentar quais são as atribuições do Núcleo Gestor. **3. Definição do seu Regimento Interno.** Após uma explanação rápida sobre o que é o Plano Diretor, qual a metodologia adotada para a sua elaboração no município, e as atribuições e formas de participação dos membros do Núcleo Gestor durante o processo de elaboração do Plano Diretor municipal, foi aberta a palavra livre aos membros para discussão da pauta e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto apresentado. Não havendo muitos questionamentos, partiu-se para a definição do Regimento Interno do Núcleo Gestor. Uma proposta de regimento elaborada pela AMAVI foi entregue aos membros para discussão. Foram sugeridas algumas pequenas alterações ao Regimento proposto. Ficou definido, por exemplo, que as reuniões do núcleo serão realizadas ordinariamente uma vez por mês, na

segunda terça-feira do mês, às 13:30 hs e terão duração máxima de 1:30 (uma hora e trinta minutos) prorrogáveis a critério dos membros. Para a operacionalização das atividades do NGPT, foi eleito como Presidente Vanderlei Valdir da Silva, Representante de Entidades Empresariais e como Vice-Presidente Faustino Kammers, Representante do Poder Público Municipal. A Secretária do Núcleo será Fabiana Meurer, coordenadora do Plano Diretor no município, conforme definido no Art.4 da Lei Complementar nº36/07. Deise Bennert ficou designada para auxiliar os trabalhos da Secretária no município. O Presidente Vanderlei Valdir da Silva sugeriu que fosse encaminhada correspondência aos representantes de todas as associações do município explicando, numa linguagem bem clara, o que é o Plano Diretor, sua importância para o desenvolvimento do município e solicitando que as mesmas façam reuniões entre si e encaminhem sugestões e propostas ao Núcleo Gestor. Comentou também de divulgar os trabalhos do Núcleo Gestor e incentivar a participação da comunidade através da Radio Comunitária de Imbuia (104,9 FM), que se faz representada no núcleo pelo Sr. Elcio José Goedert. A reunião foi assim encerrada às 16:15hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 12 de junho de 2007, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 29 de maio de 2007.





## 2ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: 12/06/2007

Horário: 13:30 hs

Local: Câmara de vereadores

Pauta do Dia: Início da discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia, Turismo e Cultura).

Nº de Participantes: 12 pessoas

**Ata da 2ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Imbuia:** Aos 12 de junho de 2007, às 13:30 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Imbuia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 009/07, para sua segunda reunião. A reunião contou também com a presença de alguns vereadores do município interessados no assunto. A ordem da reunião foi a seguinte: I – abertura pelo Presidente do NGPT - Vanderlei Valdir da Silva; II - leitura da Ata da reunião anterior; III - apresentação pela Secretária Fabiana Meurer da pauta de

discussão do dia que foi a seguinte: - Início da discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: 1.Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia, Turismo e Cultura); 2.Aspectos Físico-Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente). A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão do tema 1 – **Aspectos Socioeconômicos e Culturais**, temos as seguintes tabelas:

1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais		
1.1. Economia		
Setor Primário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>economia baseada na agricultura (destaque para as produções de fumo, cebola e milho)</li> <li>estrutura fundiária caracterizada por minifúndios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>atividade agrícola é a única fonte de subsistência de várias famílias e baseada na monocultura</li> <li>sazonalidades entre as safras agrícolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de agroindústrias que agregam valor aos produtos produzidos no município</li> <li>Diversificação das culturas</li> </ul>

• predomínio do trabalho familiar	• carência de mão-de-obra	• Cooperativismo
	• falta de assistência continuada aos agricultores	• Fruticultura
	• falta de água	• Agroturismo
• pecuária classificada como de subsistência		
• produção da pecuária leiteira e de corte tem crescido no município.		
• extração de argila para cerâmicas e de cascalho para revestimento primário		
• extração vegetal de lenha para estufas e madeira de lei em toras		
Setor Secundário		
CONDICIONANTES	DEFICIENCIAS	POTENCIALIDADES
• atividade industrial não tem muita expressão no município	• falta de mão-de-obra qualificada	• localização privilegiada (próximo as rodovias SC – 428 e SC-302)
	• falta de água	• lei de incentivo a implantação de indústrias
	• falta de incentivo aos empresários do município	• disponibilidade de áreas planas para implantação de uma área industrial
	• Não há área Industrial no município	
	• dificuldades no acesso ao município	
Setor Terciário		
CONDICIONANTES	DEFICIENCIAS	POTENCIALIDADES
• Atividades concentradas no centro da cidade	• setor dependente dos demais setores	• projeto de lei de incentivo a merenda escolar (valorizando a produção orgânica e familiar no município);
• setor voltado ao suprimento das necessidades básicas da população urbana e rural	• dependente de centros maiores para produtos e serviços mais especializados	
	• períodos de sazonalidade nas vendas nas entressafras agrícolas	
Turismo		
CONDICIONANTES	DEFICIENCIAS	POTENCIALIDADES
• potencial natural existente (cachoeiras)	• infra-estrutura turística, tanto hospedeira como gastronômica, ainda pequena	• Desenvolvimento do turismo rural e o Agroturismo
	• dificuldade de acesso aos potenciais turísticos	• nova alternativa econômica para o município
	• falta de um Plano Turístico municipal ou regional	• Pesque-Pagues
• Projeto “Acolhida na Colônia” de Agroturismo (famílias cadastradas)	• pouca divulgação do projeto	• Segunda fonte de renda para muitos produtores do município

Cultura		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Etnia colonizadora formada por alemães e italianos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>falta de incentivo a cultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escola em período integral com disciplinas intercurriculares;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>artesanato de madeira, palha de milho, pintura em gesso e tecido, biscuit e bordados</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>eventos culturais (festival de dança, rodeio cultural e encontro de fanfarras)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>gastronomia típica baseada no milho verde</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>arquitetura influenciada pela cultura alemã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>poucas edificações antigas restaram e as que sobraram estão mal conservadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilização da comunidade para preservação do patrimônio;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Na religião, a Igreja Católica é a que predomina, mas também é expressiva a Igreja Evangélica de Confissão Luterana</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>O evento oficial do município é a Festa Estadual do Milho</li> </ul>		

O item 2 - Aspectos Físico-Territoriais não chegou a ser discutido por causa do adiantado da hora, ficando este tema para discussão na próxima reunião. **IV** - Encerramento as 15:30 hs, ficando pré-

agendada a próxima reunião para a segunda terça-feira do mês de julho de 2007, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 12 de junho de 2007.





### 3ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: 10/07/2007

Horário: 13:30 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 2. Aspectos Físico-Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente).**

Nº de Participantes: 14 pessoas

**Ata da 3ª Reunião Com O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Imbuia:** Aos 10 de julho de 2007, às 13:30 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Imbuia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, para sua terceira reunião. A reunião contou também com a presença de alguns vereadores do município interessados no assunto. A ordem da reunião foi a seguinte: I – **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos**

**seguintes temas: 2. Aspectos Físico-Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente).** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão tem-se as seguintes tabelas:

2. ASPECTOS FÍSICOS – TERRITORIAIS		
2.1 Geomorfologia		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>predomínio de solos cambissolos, originados de rochas sedimentares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>solos altamente vulneráveis a erosão (restrições a ocupação)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>solos altamente férteis (um dos melhores do país)</li> <li>existência de muitas áreas planas propícias à ocupação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O relevo que compõe o município é levemente ondulado, limitado por chapadões;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>pouca reserva de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implantação de cisternas e reservatórios d'água</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a declividade não é muito acidentada, apresentando área mais declivosas apenas nas extremidades de divisas municipais;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Restringir a ocupação de encostas, preservando-se as características originais dos terrenos;</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>projeto para melhorar o abastecimento de água do município</li> </ul>
2.2 Meio Ambiente		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso do Solo e da Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contaminação do solo e da água pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>controle do uso de agrotóxicos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>poluição da água por esgotos e dejetos de animais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos para o saneamento básico e ambiental</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resíduos sólidos depositados inadequadamente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de sistemas naturais (alternativos) de saneamento</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desmatamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>recuperação de áreas de preservação permanente degradadas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Erosão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>adoção de métodos conservacionistas no uso do solo</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manejo inadequado do solo</li> <li>• áreas de preservação permanente degradadas</li> <li>• Desvio e drenagem dos cursos d água</li> <li>• nascentes e ribeirões que secaram</li> <li>• falta de água para o abastecimento humano</li> <li>• falta de água consciência ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de unidades de Conservação</li> <li>• criação de área de preservação no entorno do Parque da Femive</li> <li>• Implantar programas de educação ambiental permanente</li> <li>• projeto de Agroturismo "Acolhida na Colônia"</li> <li>• criação de área de preservação ao longo do manancial de captação de água</li> <li>• projeto Piava e Programa Micro-bacias 3</li> </ul>
• Reflorestamentos existentes	• Uso de espécies exóticas (biodiversidade ameaçada)	• incentivo ao reflorestamento com mata nativa ao longo dos cursos d água (limitar o uso de espécies exóticas nestas áreas)
• FATMA/ Polícia Ambiental Fiscalização (sede em Rio do Sul)		<ul style="list-style-type: none"> <li>• estruturação do município para fazer a averbação de reserva legal das propriedades</li> <li>• ampliar número de fiscais ambientais (com orientação aos produtores também)</li> </ul>
• A árvore <b>"IMBUÍIA"</b> ( <b>OCOTEA POROSA</b> ) é considerada patrimônio histórico do município, não podendo ser cortada	• poucos exemplares remanescentes da espécie	• projetos para estimular o plantio da árvore Imbuia que deu origem ao nome do município e resgatar e valorizar os remanescentes existentes;

**II - Encerramento** as 15:00 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 31 de julho de 2007, estando presentes

os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 10 de julho de 2007.



#### 4ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: 31/07/2007

Horário: 13:30 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 3. Infra-estrutura Social (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte e Lazer).**

Nº de Participantes: 12 pessoas

**Ata da 4ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Imbuia:** Aos 31 de julho de 2007, às 13:30 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Imbuia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município e alguns vereadores para sua quarta reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I – **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: 3. Infra-estrutura Social**

**(Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte e Lazer).** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão tem-se as seguintes tabelas:

### 3. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

#### 3.1 Educação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Colégio, escolas e creches existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Demanda Reprimida na C.E.I. Milda Scheidt e nas demais instituições de Educação Infantil do centro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de uma nova instituição de ensino em período integral no Parque de Exposições da FEMIVE.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A E.M. Profª Umbelina Lorenzi, apresenta necessidade de reforma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Substituição de disciplinas optativas nas escolas por alguma disciplina ligada à agricultura, sendo essa a vocação do município.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>inserção de atividades extracurriculares nas escolas (cultura e esporte)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de cursos técnicos e profissionalizantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implantação de cursos profissionalizantes (área da agricultura, informática, beneficiamento de alimentos)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Biblioteca Pública Municipal</li> </ul>		

#### 3.2 Saúde

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Hospital e 3 postos de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deficiência no atendimento na área rural (em algumas comunidades)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>equipar a parte nova da Unidade de Saúde do Centro</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>poucas consultas especializadas fora do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aquisição de um equipamento de Raio-X;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>exames de alto custo como tomografias, ressonâncias ou cirurgias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>aquisição de uma unidade de saúde móvel, para ampliar os atendimentos para todas as áreas do município;</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>médio prazo a implantação de unidades de saúde nas localidades de Nova Alemanha, Garrafão e Vista Alegre;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de Saúde da Família (PSF)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>capacitar as agentes de saúde</li> <li>cumprir o Plano Federal do PSF</li> </ul>

### 3.3. Assistência Social e Habitação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>falta de Saneamento Básico (principalmente na área rural)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implantar Programas de Saneamento</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>alcoolismo</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>pobreza</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>dívidas com o Banco da Terra</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>sazonalidade do emprego</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>falta de reserva de capital no município (recursos são aplicados fora do município)</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>falta de associações comunitárias organizadas</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conjuntos Habitacionais existentes (2)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>déficit habitacional no município</li> </ul>	

### 3.4. Segurança

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Polícia Civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não possui presídio, apenas selas provisórias.</li> <li>Efetivo reduzido</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação do efetivo policial</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Polícia Militar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>principais ocorrências são ameaças, lesão corporal e perturbação do sossego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implantação de guarda municipal (noturno)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Guarnição do Corpo de Bombeiros, sendo atendidos pelo município de Ituporanga.</li> </ul>		

### 3.5. Esporte e Lazer

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>escolinhas de futebol de salão e handebol</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>poucas áreas verdes para uso da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de áreas de lazer, principalmente no centro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ginásio de Esportes Hórcio Laurindo Machado e da E.E.F. Frei Manoel Philippi</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>opções de lazer para os jovens são escassas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>estrutura para a prática de esportes existente</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ginásios/Salão Comunitários nas comunidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>falta de organização e incentivo a prática de esportes</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Praças existentes (praça Pref. José Horácio Laurindo; Praça Manoel Seemann e Praça da Raiz)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>na maioria não possuem espaço físico para a prática do lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de uma Praça no Conjunto Habitacional Jardim Tarumã (lote vago)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Praça da Raiz não foi concluída.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conclusão do projeto da Praça da Raiz</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Futebol Clube Recreativo Cruz de Malta (particular)</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Parque Municipal de Exposições e Eventos</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>melhor aproveitamento da estrutura do parque com a implantação da escola modelo</li> </ul>

### 3.6. Cemitério Municipal

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>cemitério católico encontra-se saturado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de um cemitério municipal (a curto prazo)</li> </ul>



3.7. Urbanização e Paisagismo		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Urbanização e Paisagismo de todo o município (Acesso ao município, Centro das Comunidades, juntamente sinalização e produção de mudas nativas)</li> </ul>

**II - Encerramento** as 15:15 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 21 de agosto de 2007, estando presentes os

seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 31 de julho de 2007.



### 5ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: **21/08/2007**

Horário: **13:30 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente**

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 4. Infra-estrutura Física (Sistema Viário, Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação).**

Nº de Participantes: **11 pessoas**

Ata da 5ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Imbuia: Aos 21 de Agosto de 2007, às 13:30 horas, na Sala de Reuniões da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente do município de Imbuia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município para sua quinta reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: **I – Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: Item 4.**

**Infra-estrutura Física (Sistema Viário, Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação).** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão tem-se as seguintes tabelas:

#### 4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

##### 4.1. Sistema Viário

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>SC – 428 (cruzando a malha urbana) - trecho entre Imbuia e Leoberto Leal em pavimentação</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>anel viário ligando a SC-428 a SC-302, desviando o trânsito do perímetro urbano</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Novo trajeto da SC-428 passando pela Rua David Kammers</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>rua 25 de Novembro é muito estreita</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>estudo de circulação viária para a Rua 25 de Novembro e imediações</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>rodovia municipal IMB - 070 é o acesso mais utilizado até a SC-302 (não pavimentado)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo das vias principais (ruas sem previsão de alargamentos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>alargamento da ponte na Rua Pedro Teixeira</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>malha viária semi-ortogonal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há definição da largura mínima de ruas, nem hierarquia viária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir hierarquia viária e gabarito oficial para ruas e passeios</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>principais vias: Rua 25 de Novembro, Rua Avelino Ludwig, Rua Celso Ramos, Rua Horácio Machado e Avenida Bernardino de Andrade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>principais pontos de acidentes ou conflitos de trânsito, na Rua 25 de Novembro e na Rua Avelino Ludwig (Principalmente no entroncamento das ruas 25 de Novembro x Horácio Machado e x João Raitz);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implantação de semáforo no entroncamento da Rua 25 de Novembro com Rua Horacio Machado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>largura oficial dos passeios de 3,00 metros e inclinação máxima de 2% (Código de Posturas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Má conservação, inexistência ou sub-dimensionamento dos passeios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>readaptação da Avenida Bernardino de Andrade as suas características originais de Avenida</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>transporte coletivo funciona com características intermunicipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>fiscalização na execução dos passeios deficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de Secretaria Municipal de Planejamento e Fiscalização</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Terminal Rodoviário Verônica Sebold Drabzinski</li> </ul>		

##### 4.2. Saneamento

###### Abastecimento de Água

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>tratamento e abastecimento de água realizados pela CASAN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de água para o abastecimento humano, animal e para agricultura em alguns períodos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>busca de novos mananciais de captação e bacias hidráulicas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>ponto de captação e bombeamento no Rio Bonito</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>aumentar a capacidade do reservatório atual</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>ETA (Estação de Tratamento de Água) localizada na Estrada Geral Samambaia</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção da área ao longo da nascente da captação;</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>incentivos a implantação de cisternas</li> </ul>

###### Esgoto

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização de fossa séptica e filtros anaeróbios, principalmente a ligada à rede pluvial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>percentual de famílias que não possuem nenhum sistema de tratamento (64% das residências)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de programas de saneamento (utilização de sistemas alternativos)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>periodicidade de manutenção e limpeza do sistema fossa/filtro</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>há sistemas de tratamento sub-dimensionados</li> </ul>	
<b>Drenagem</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>sistema de micro-drenagem com rede coletora pluvial e caixas coletoras tipo boca-de-lobo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>rede de drenagem sub-dimensionada</li> <li>ruas com problemas de alagamento</li> </ul>	
<b>Resíduos Sólidos</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Coleta e transporte do lixo realizada pela prefeitura municipal, inclusive na área rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>custo do transporte e do destino final do lixo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>legislação municipal para regular a coleta de lixo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro de triagem, localizado no Parque Municipal, na Estrada Geral Samambaia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>falta de conscientização de algumas famílias em separar e depositar os resíduos de forma seletiva</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Destino final Aterro Sanitário em Brusque</li> </ul>		

<b>4.3 Energia Elétrica</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Abastecimento de energia elétrica da CELESC – sub-estação em Ituporanga</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>instabilidade no fornecimento e voltagem da energia elétrica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>incentivo à implantação de sistemas alternativos de abastecimento de energia (solar)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Iluminação pública atende praticamente todas as ruas do perímetro urbano do município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>algumas regiões possuem apenas rede monofásica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ampliação da rede de abastecimento</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>linha de Transmissão de Alta Tensão (525 Kv) passando pelo município</li> </ul>		

<b>4.4. Comunicação</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>município conta apenas com serviços de telefonia convencional fixa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não existe serviço de telefonia celular móvel</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>agência de Correios e Telégrafos, localizada no Centro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>faltam telefones públicos na área rural</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>emissora de rádio comunitária (87,5 FM) com área de abrangência de quase todo o município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>faltam linhas de telefone convencional</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>retransmissão de TV é realizada por uma repetidora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>somente um canal de TV aberta</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>04 torres de comunicação (01 repetidora de TV, 02 antenas de telefonia fixa e 01 antena de rádio)</li> </ul>		

**II - Encerramento** as 15:30 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 18 de

setembro de 2007, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 21 de Agosto de 2007.



## **6ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia**

Data: **18/09/2007**

Horário: **13:30 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente**

Pauta do Dia: **Discussão sobre ampliação do Perímetro Urbano e Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico.**

Nº de Participantes: **11 pessoas**

**Ata da 6ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Imbuia:** Aos 18 de Setembro de 2007, às 13:30 horas, na Sala de Reuniões da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente do município de Imbuia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município para sua sexta reunião. Alguns vereadores do município também se fizeram presentes. A ordem da reunião foi a seguinte: I – Discussão sobre ampliação do Perímetro Urbano; II - Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico: Como resultado da discussão tem-se as seguintes Prioridades:

### **1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais** **Economia**

1. Incentivos ao desenvolvimento de pequenas agroindústrias que agregam valor aos produtos produzidos no município (principalmente para beneficiamento do leite, cebola e conservas) e incentivem a permanência dos agricultores na área rural;
2. Incentivos à diversificação das culturas e ao cooperativismo;
3. Incentivos ao desenvolvimento do Agroturismo.

### **Turismo**

1. Incentivos ao desenvolvimento do Turismo Rural e o do Agroturismo, que poderiam se tornar uma segunda fonte de renda para os produtores e uma nova alternativa econômica para o município.

### **Cultura**

1. Implantação de um Centro Cultural para possibilitar e incentivar as manifestações culturais, exposição e venda de artesanato e produtos coloniais produzidos no município;
2. Sensibilização da comunidade para preservação do patrimônio histórico e cultural do município;
3. Implantação de escola em período integral com disciplinas extracurriculares ligadas a cultura;

### **2. Aspectos Físicos - Territoriais** **Geomorfologia**

1. Restringir a ocupação de encostas e áreas declivosas, preservando-se as características originais dos terrenos;
2. Realização de estudos técnicos visando melhorar o abastecimento de água do município, com uso inclusive de cisternas e reservatórios d água.

### **Meio Ambiente**

1. Controle do uso de agrotóxicos;
2. Recuperação de áreas de preservação permanente degradadas;
3. Adoção de métodos conservacionistas de manejo do solo;
4. Criação de Unidades de Conservação;
5. Criação de área de preservação ao longo do manancial de captação de água;
6. Criação de área de preservação no entorno do Parque da Fêmea;



7. Implantar programas de educação ambiental permanente, incluindo orientações aos produtores sobre a melhor forma de proteção ambiental da sua propriedade;
8. Buscar recursos para o saneamento básico e ambiental;
9. Implantação de sistemas naturais (alternativos) de saneamento;
10. Incentivo ao reflorestamento com mata nativa ao longo dos cursos d'água (limitar o uso de espécies exóticas nestas áreas);
11. Estruturação do município para fazer a averbação de reserva legal das propriedades;
12. Dar continuidade aos projetos que estimulam o plantio da árvore Imbuia que deu origem ao nome do município, resgatando e valorizando os remanescentes existentes.

### **3. Infra-Estrutura Social**

#### **Educação**

1. Implantação de uma nova instituição de ensino em período integral no Parque de Exposições da FEMIVE, com a inserção de atividades extracurriculares (principalmente ligadas à cultura e ao esporte);
2. Substituição de disciplinas optativas nas escolas municipais por disciplinas ligadas à agricultura, sendo essa a vocação do município;
3. Implantação de cursos profissionalizantes na área da agricultura, informática e beneficiamento de alimentos.

#### **Saúde**

1. Aquisição de equipamento para a parte nova da Unidade de Saúde do Centro;
2. Aquisição de um equipamento de Raio-X;
3. Aquisição de uma unidade de saúde móvel, para ampliar os atendimentos de saúde para todas as áreas do município;
4. A médio prazo a implantação de unidades de saúde nas localidades de Nova Alemanha, Garrafão e Vista Alegre.
5. Melhorar o atendimento de emergência do Hospital (aumento de pessoal);
6. Capacitar as agentes de saúde do PSF, melhorando o atendimento à comunidade.

#### **Assistência Social e Habitação**

1. Implantação de Programas de Saneamento Básico;
2. Implantação de Programas de Habitação Popular.

#### **Esporte e Lazer**

1. Implantação de área de lazer, principalmente no centro;
2. Conclusão da Praça da Raiz;

3. Implantação de uma Praça no Conjunto Habitacional Jardim Tarumã (lote vago);
4. Melhor aproveitamento da estrutura do Parque de Exposições da FEMIVE e dos ginásios de esporte existentes para o lazer da população.

#### **Segurança**

1. Ampliação do efetivo policial da Polícia Civil e Militar;
2. Implantação de guarda municipal, principalmente no período noturno.

#### **Urbanização e Paisagismo**

1. Melhoria paisagística ao longo da Rodovia SC-428 no trecho do acesso ao município;
2. Programas de urbanização dos centros das Comunidades;
3. Implantação de sinalização viária e turística em todo o município;
4. Possibilitar o acesso da população à mudas nativas para serem utilizadas nos programas de urbanização das comunidades;
5. Programas de incentivo a manutenção (roçadas) das beiras das estradas municipais.

#### **Cemitério Municipal**

1. Implantação, a curto prazo, de um cemitério municipal.

### **4. Infra-Estrutura Física**

#### **Sistema Viário**

1. Previsão de um anel viário ligando a SC-428 a SC-302 (via Vista Alegre), desviando o tráfego da área urbana;
2. Elaboração de estudo de circulação viária das principais vias do centro;
3. Implantação de semáforo no entroncamento da Rua 25 de Novembro com Rua Horacio Machado;
4. Definição da hierarquia viária e gabarito oficial para ruas e passeios;
5. Pavimentação da Rua Pedro Teixeira, juntamente com o alargamento e a melhoria da ponte existente;
6. Pavimentação da Rua Prefeito Liberto Scheidt;
7. Implantação de calçadão (via de pedestres) na Rua Avelino Ludwig em frente ao E.E.F. Frei Manoel Philippi (trecho entre a Avenida Bernardino de Andrade e Rua Celso Ramos);
8. Readaptação da Avenida Bernardino de Andrade as suas características originais de Avenida;
9. Implantação de Secretaria Municipal de Planejamento e Fiscalização.

#### **Saneamento**

1. Realização de estudos técnicos visando melhorar o abastecimento de água do município;
2. Aumentar a capacidade do reservatório atual de captação de água;
3. Buscar novos mananciais e bacias de captação de água para a implantação de mais um reservatório municipal;
4. Proteção de toda a área da bacia de captação de água do município, através da criação de uma área de preservação municipal;
5. Incentivo à implantação de cisternas ou outros modelos de reservação em várias comunidades;
6. Implantação em curto prazo de programas de saneamento, com utilização, entre outros métodos, de sistemas alternativos de tratamento;
7. Criação de Legislação Municipal para regulamentar a coleta de lixo.

#### **Energia Elétrica**

1. Ampliação da rede de abastecimento e melhoria da qualidade da energia elétrica fornecida ao município;
2. Incentivo à implantação de sistemas alternativos de abastecimento de energia (Ex: energia solar).

#### **5. Estrutura Administrativa**

1. Criação de Secretaria Municipal de Planejamento e Fiscalização;
2. Oficialização das localidades do município e denominação das rodovias municipais;

**III - Encerramento** as 15:45 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 18 de Setembro de 2007.



Na conclusão desta etapa as prioridades definidas pelo Núcleo Gestor foram apresentadas e discutidas com a comunidade na 1ª Audiência Pública.

### **1ª Audiência Pública do Plano Diretor de Imbuia**

Data: **23/10/2007**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Auditório Valdemiro Luiz Capistrano**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor Municipal, acolher sugestões sobre o tema e eleger as prioridades de ação para o futuro do município.**

Nº de Participantes: **48 pessoas assinaram a lista de presença.**

#### **Regulamento 1ª Audiência Pública:**

##### **14:00– 14:30hs**

1) Abertura com apresentação dos componentes da Mesa, os objetivos da Audiência Pública e a leitura das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

##### **14:30 – 15:30hs**

2) Apresentação das principais características do município e dos resultados do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

Intervalo para café – **15 minutos.**

##### **15:45 – 16:30hs**

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

##### **16:30 – 17:00hs**

4) Encerramento da Audiência Pública.

**Ata da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, às catorze horas, realizou-se no Auditório Valdemiro Luiz Capistrano, localizado na Rua Avelino Ludwig, Centro, Imbuia (SC), a 1ª Audiência Pública do Plano Diretor do município de Imbuia, abordando os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor e elegendo as prioridades de ação para o futuro do município, encerrando assim a 2ª Etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia Sr. Marcos Antônio de Souza para os pronunciamentos introdutórios de praxe. A seguir desfez-se a mesa de abertura passando-se a compor a mesa coordenadora dos trabalhos os Srs: Neri Fermio - Prefeito Municipal, Henrique Leopoldo Erhardt - Presidente da Câmara, Vanderlei Valdir da Silva - Presidente do Núcleo Gestor e Fabiana Meurer – coordenadora do Plano Diretor. A Arquiteta da Amavi Fabiana Meurer, coordenadora do Plano Diretor no município, iniciou a apresentação da caracterização do município, precedida de explanação sobre a finalidade da audiência e as definições do Plano Diretor. Logo em seguida foram apresentados os

resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor Municipal aos presentes, composto pelas prioridades de ação para o futuro do município, baseadas em 4 (quatro) grandes temáticas: Aspectos Socioeconômicos e culturais, Aspectos Físico-territoriais, Infra-estrutura Social e Infra-estrutura Física. Logo após o intervalo do café foi aberto espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes em face do conteúdo apresentado, encaminhados por escrito ou através de manifestação oral, à mesa coordenadora, sendo eles: o Sr. Alsone Brito, Vereador, mostrou preocupação com relação à definição de uma área ou distrito industrial. Sugere que o mesmo poderia ser implantado próximo ao reservatório de água. A Sra. Neusa Sebold Esser, vereadora sugere que seja criado algum programa de incentivo a todos os munícipes fazerem ajardinamento de sua propriedade: “Programa Florindo Imbuia”. O Sr. Valdori Steinheuser, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento sugere que no item 2 da Economia, se substitua a palavra “cooperativismo” por “associativismo”. O Prefeito Neri Fermio, acha que não deve ser substituído e sim acrescentado “associativismo” ao item. O Sr.

Paulo Alfonso Gesser, diz que temos que tornar a cidade mais atrativa para receber as pessoas em termos de hospedagem e moradias, devido a Votorantim estar de instalando em Vidal Ramos. Outra sugestão dele foi com relação às calçadas do município. Acha que a Prefeitura deve fazer as calçadas e cobrar do proprietário ou colocar em dívida ativa. O Sr. Leonir Pedro Braun, sugere um anel viário no prolongamento da SC-428 cruzando a Rua João Raitz, passando pela propriedade do Sr. Aniba e saindo na propriedade do Sr. Luiz Garcia. Valdori Steinheuser sugere definirmos uma identidade para o município: “Princesinha do Alto Vale” ou “Capital Estadual do Milho Verde”. Karin D. Goedert sugere ainda “Imbuia, Árvore símbolo do Estado de Santa Catarina”. O Prefeito Neri esclarece que há uma Lei Estadual que nomeou Imbuia como Capital Catarinense do Milho Verde. Já a denominação Princesinha do Alto Vale foi dada pela Câmara de Vereadores. O Sr. Alair Scheidt ressaltou que está repetido o agroturismo nos itens economia e turismo. Falou também sobre as áreas de preservação permanente, acha que é bonito cobrar a lei, mas na prática é complicado. Pergunta se não tem como dar auxílio financeiro para os donos destes terrenos. O Sr. Vanderlei Valdir da Silva diz que há projetos para indenizar estas áreas, mas ao mesmo tempo precisamos ter espírito de sociedade, pensar no coletivo: “Temos o direito de desmatar, mas o dever de deixar água para nossos filhos”. Diz ainda que estamos pagando muito caro e vamos pagar mais caro ainda se hoje não tomarmos a decisão certa. Paulo Alfonso Gesser diz que existe ação de indenização indireta para áreas de preservação permanente, mas é demorada. É preciso trabalhar uma forma de desburocratizar essa legislação. A Sra. Fabiana Meurer sugere a criação de um fundo municipal de meio ambiente para indenizações e criação de áreas de preservação. Valdori Steinheuser sugere na área social acrescentar um centro de múltiplo uso para idosos e adolescentes. O Sr. Elcio José Goedert coloca que devemos aproveitar a infra-estrutura existente como os ginásios e o auditório para as manifestações culturais. O Sr. José Adir Rode coloca que é preciso melhorar o acostamento da SC-428 do trevo até o centro de Imbuia. Paulo Alfonso Gesser, sugere que as penas e multas pagas em Imbuia por crime ambiental sejam revertidas a um fundo municipal para aquisição de um novo reservatório de água. Outra sugestão dada por ele é que em alguns trechos ao longo do Arroio Imbuia entre as propriedades dos Srs.

Laudi e Bernardo deva ser limpo, sem árvores, porque na sua opinião, as folhas e galhos entopem os bueiros e causam enchentes. Néri Fermio comentar que já existem apenados de crime ambiental pagando pena no Parque da Femive dentro do projeto Trilha dos Bugres. Alair Scheidt comentou ainda sobre o alcoolismo. Acha que nos eventos públicos não deve ser vendidas drogas lícitas e ilícitas. Vanderlei Valdir da Silva coloca que na escola em período integral podemos trabalhar a prevenção do alcoolismo, dando ao jovem base para a vida. A Sra. Ana Maria de Andrade Kreusch, diretora da E.E.B. Frei Manoel Philippi, coloca que a escola faz as suas festas sem uso de bebidas alcoólicas a mais de seis anos, e pergunta se a escola integral será municipalizada. Vanderlei Valdir da Silva explica que a tendência é que aos poucos todo o ensino básico passe a ser de responsabilidade do município. A Sra. Eliana Peixe Ferreira, Secretária Municipal da Saúde, pede para reavaliarmos a questão da aquisição do aparelho de Raio-X, acha que não seria muito viável para o município porque teríamos que construir também uma sala específica para o uso do aparelho. A Sra. Dulciane T. Allein Schlickmann fala da importância da preservação das APPs, coloca que se tivéssemos vegetação no entorno de todos os cursos d água do município não teríamos tantos problemas de estiagem, nem de alagamentos, ou pelo menos estes seriam de menor proporção. A Sra. Cleusa M.K. Gulini sugere a implantação de uma segunda língua nas escolas municipais. Vanderlei Valdir da Silva explica que a segunda língua e a informática serão contemplados na escola de período integral. Sem mais sugestões passou-se aos pronunciamentos finais. O presidente da Câmara, Henrique Leopoldo Erhardt, finalizou dizendo que um grande passo foi dado com a realização desta Audiência Pública. Fabiana Meurer colocou que há prazo de mais quinze dias para se acrescentar sugestões ao que foi apresentado. Neri Fermio parabenizou a arquiteta Fabiana Meurer por ser ágil e ter feito de Imbuia o primeiro município a realizar a audiência pública do Plano Diretor na região da Amavi. Vanderlei Valdir da Silva parabenizou a prefeitura pelo apoio e iniciativa, agradeceu especialmente aqueles que não precisavam estar aqui, mas que estão. Nada mais havendo a tratar, por volta das 16h30min, deu-se por encerrada a audiência, gravando-se em áudio a mesma e lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art. 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18/03/05. Imbuia, 23 de Outubro de 2007.





## PROPOSTAS E DIRETRIZES

Com base nas prioridades e estratégias definidas na Etapa de Diagnóstico parte-se para a elaboração das Propostas e Diretrizes para o município.

Para a elaboração das Propostas foram realizadas reuniões de discussão com o Núcleo Gestor do município dos seguintes itens: Macrozoneamento, Zoneamento Municipal e Urbano, definição de Índices e Parâmetros Urbanísticos, definição da Hierarquia do Sistema Viário e das larguras mínimas para ruas e passeios, definição de Áreas de Especial Interesse e discussão dos Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades.

No final desta etapa foi realizada a 2ª Audiência Pública de apresentação e discussão das propostas com a comunidade.

O resultado das reuniões de discussão da proposta pode ser observado nas atas a seguir:

### **1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia**

Data: **13/11/2007**

Horário: **13:30 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente**

Pauta do Dia: **Avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal**

Nº de Participantes: **10 pessoas**

**Ata da 1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, as treze e trinta horas, reuniram-se na Sala de Reuniões da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente do município de Imbuia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a primeira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal realizada no dia vinte e três de outubro do corrente ano, onde foram recolhidas sugestões da comunidade quanto às prioridades de ação para o futuro do município. Das sugestões apresentadas, após analisadas e discutidas pelo grupo, temos as seguintes alterações das prioridades que haviam sido definidas na última reunião de diagnóstico: No tema Economia no Item 2, acrescentar a palavra **associativismo**, ficando este item com a seguinte redação: **2. Incentivos à diversificação das culturas, ao cooperativismo e ao associativismo;** acrescentar um novo Item: **4. Definir local para área ou zona industrial.** No Turismo acrescentar dois novos itens: **2. Melhoria da**

**infra-estrutura turística do município; e 3. Implantação do Projeto Trilha dos Bugres.** No tema Meio Ambiente acrescentar um novo item: **13. Criação de um fundo municipal de meio ambiente para indenizações e incentivos a criação de áreas de preservação permanente.** Já no tema Educação, no item 1 retirar o conteúdo entre parênteses (principalmente ligadas à cultura e ao esporte) e acrescentar um novo Item: **4. Priorizar a inclusão digital nas escolas do município.** Na Saúde substituir o Item 2 por **“ampliação da unidade hospitalar, já prevendo os equipamentos necessários”.** Na Assistência Social e Habitação acrescentar um novo item: **3. Implantação de um Centro de Múltiplo-uso.** No Esporte e Lazer acrescentar um novo Item **5: Proibir a venda de drogas lícitas e ilícitas nos espaços públicos.** No tema Urbanização e Paisagismo acrescentar dois novos Itens: **6. Melhoria do Portal do Município; e 7. Criação de um Programa de embelezamento de todo o município com implantação de canteiros de flores, árvores, calçadas: “Programa Florindo Imbuia”;** e por último no tema Sistema Viário acrescentar três novos itens: **10. Implantação de anel viário desviando o**

tráfego da SC-428 da Rua 25 de Novembro;  
11. Programas de Incentivo a implantação  
de calçadas; e 12. Melhoria do acostamento  
da SC-428 do Centro ao trevo da SC-427 e  
melhoria do acesso à comunidade de Nova

**Alemanha.** A reunião foi encerrada as 15:45  
hs, estando presentes os seguintes membros,  
conforme lista de presença assinada em  
anexo. Imbuia, 13 de Novembro de 2007.

## 2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: 11/12/2007

Horário: 09:00 hs

Local: Sala da Faculdade na Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

Pauta do Dia: **Oficina de Discussão do Macrozoneamento, Zoneamento e Sistema Viário**

Nº de Participantes: 15 pessoas

**Ata da 2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às nove horas, reuniram-se na Sala da Faculdade na Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente do município de Imbuia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) e mais alguns convidados para a segunda reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição do Macrozoneamento, do Zoneamento e do Sistema Viário municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes a respeito do Macrozoneamento, que dividiu o município em três macrozonas: Macrozona de Proteção

Especial, Macrozona Rural e Macrozona Urbana. Explicou também definições quanto ao Zoneamento e ao Sistema Viário. Na sequência os participantes foram divididos em três grupos: o primeiro grupo discutiu o Zoneamento da área urbana; o segundo grupo discutiu o Zoneamento da área rural e o terceiro grupo discutiu o sistema viário municipal. Pelo adiantado da hora, a apresentação do resultado da discussão dos grupos ao grande grupo ficou para a próxima reunião, no início do mês de fevereiro de 2008. A reunião foi encerrada as 11:15 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 11 de Dezembro de 2007.







### 3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: 12/02/2008

Horário: 08:30 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Definição do Zoneamento Urbano**

Nº de Participantes: 18 pessoas

**Ata da 3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Imbuia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) e mais alguns convidados para a terceira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi a definição do Zoneamento Municipal e dos Índices Urbanísticos. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião lembrando aos presentes o que foi discutido na última reunião em dezembro do ano passado. Na sequência partiu-se para a discussão do Zoneamento, primeiramente do Zoneamento da Área Urbana. Ficou definida após consenso dos presentes como **Área de Preservação Permanente (APP)**, destinada à proteção ambiental, faixas "non aedificandi" ao longo dos cursos d'água, sendo está uma faixa de quinze metros para cada lado, a partir das margens dos cursos d'água na área urbana, conforme Recomendação nº02/PAP/01/03 do Ministério Público da Comarca de Ituporanga. A **Zona Comercial e de Prestação de Serviços (ZC)**, destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis, ficou definida como sendo uma faixa ao longo dos lotes que fazem frente para as ruas 25 de Novembro, Fernando Allein (até o Loteamento Copa 94),

Jacó Bertoldo Goedert, Celso Ramos, Horácio Machado (até entroncamento com a Rua Pedro Teixeira), Rua Mainolfo Lehmkuhl, Rua Avelino Ludwig (até o Arroio Imbuia) e Avenida Bernardino de Andrade (até o entroncamento com a Rua Carlos Pedro Simas). A **Zona Mista (ZM)** destinada ao uso comercial e de prestação de serviços de maior porte, uso industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis, ficou definida como sendo uma faixa ao longo dos terrenos que fazem frente para as ruas João Raitz (até entroncamento com o Beco José Vicente), Rua Adolfo Mello (até o entroncamento com a Rua Fridolino Sebold), Rua David Kammers, Rodovia SC-428, Rua João Paulo I, Rua Antônio Carlos Konder Reis, Rua 7 de Setembro, Rua Frei Evaldo, Rua Horácio Machado (do entroncamento com a Rua Pedro Teixeira até o entroncamento com a Rua Carlos Pedro Simas), Rua Pedro Teixeira e Rua Frei Silvio (do entroncamento com a Rua Pedro Teixeira até o limite do Perímetro Urbano). As demais áreas do perímetro urbano não compreendidas pelas faixas acima citadas ficam definidas como **Zona Residencial**, destinada ao uso residencial predominante, complementado pelo uso comercial vicinal, prestação de serviços leves, indústrias de até pequeno porte e outros compatíveis. A **Zona Industrial** será definida após a discussão do sistema viário ao longo do contorno viário que será previsto ligando a SC-428 até a SC-302. Quanto aos índices urbanísticos a discussão resultou em uma tabela que será um anexo da lei do Plano

Diretor e define entre outras coisas, afastamento mínimos, dimensões mínimas de lotes e usos proibidos para cada zona específica. Na discussão destes índices podemos destacar como lote mínimo, para a maioria das zonas urbanas de Imbuia, quatrocentos e cinquenta metros quadrados, com testada mínima de quinze metros. Outra grande preocupação foi com relação aos usos que possam causar incômodo ao uso residencial como indústrias, depósitos de

cebola e salões de bailes e danceterias, que deverão ter seções específicas regulamentando seu uso na Lei do Plano Diretor. Pelo adiantado da hora, a discussão do zoneamento da área rural ficou para a próxima reunião, marcada para o dia 26 de fevereiro de 2008. A reunião foi encerrada às 11:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 12 de Fevereiro de 2008



#### 4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: 26/02/2008

Horário: 08:30 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Definição do Zoneamento Municipal**

Nº de Participantes: **21 pessoas**

**Ata da 4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Imbuia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) e mais alguns convidados

para a quarta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição do Zoneamento Rural. Ficou definida após consenso dos presentes as seguintes Zonas: **Área de Preservação Permanente (APP):** as áreas com declividades superior a 100%, terço superior dos morros, e as faixas ao longo dos cursos d'água e nascentes,



respeitando-se as faixas de área de preservação permanente segundo define o Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771/65; **Zona de Preservação com Uso Limitado (ZPUL):** áreas de ocupação restrita, controlada ou proibida, por não oferecerem as condições mínimas de segurança, como as áreas consideradas de risco e as áreas de declividade acentuada; **Zona de Expansão Urbana (ZEU):** são as áreas próximas do perímetro urbano atual e que apresentam potencial e/ou tendências de ocupação a médio e a longo prazo, devido à boa localização ao longo dos eixos viários ou a tendência de crescimento das expectativas urbanas. Esta zona ficou definida em três eixos principais: a) uma faixa de 150,0m (cento e cinquenta metros) para cada lado ao longo da Rodovia SC-428 da área urbana até o trevo de acesso ao município, passando pela Comunidade de Nova Alemanha; b) uma faixa de 150,0m (cento e cinquenta metros) para cada lado ao longo da Rodovia Municipal IMB-070 desde a área urbana até a sede da Comunidade de Vista Alegre; e c) uma faixa de 150,0m (cento e cinquenta metros) para cada lado ao longo da Rodovia SC-428 da área urbana até a Sede da Localidade de Samambaia; **Zona Preservação - Parque FEMIVE (ZPPF):** área reservada para a criação de um Parque Municipal na área do entorno do atual Parque da FEMIVE, objetivando a preservação ambiental municipal. O levantamento topográfico da área que fará parte do Parque está sendo

providenciado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente. **Zona de Proteção do Manancial (ZPM):** áreas que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Bonito, objetivando a preservação do manancial de abastecimento de água da área urbana do município; **Zona de Produção Primária (ZPPr):** as áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde deve ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo. Uma questão polêmica levantada foi com relação a estipularem-se recuos mínimos para as áreas de reflorestamentos com espécies exóticas, inclusive na área urbana. Como não se chegou a um consenso com relação à distância mínima, esse item será discutido abertamente com a comunidade na próxima audiência pública do Plano Diretor. Na discussão dos índices urbanísticos para a área rural optou-se por utilizar parâmetros utilizados por outros municípios, com recuos lateral e fundos de 3,00m (três metros) e frontal de 10,0m (dez metros), taxa de ocupação máxima para edificações de 20% (vinte por cento), e nenhum uso específico ficando como proibido. Ao final da reunião foi entregue aos presentes uma tabela com as áreas de estacionamento mínimas para cada uso, que será discutida na próxima reunião, marcada para o dia 11 de março. A reunião foi encerrada às 10:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 26 de Fevereiro de 2008



## 5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: 11/03/2008

Horário: 08:30 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Definição da Hierarquia do Sistema Viário Municipal**

Nº de Participantes: 25 pessoas

### Ata da 5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Imbuia:

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Imbuia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) e mais alguns convidados para a quinta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição da Hierarquia do Sistema Viário Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião discutindo a tabela de áreas mínimas de estacionamento, que havia sido entregue na reunião anterior e que foi aprovada pelos presentes com algumas pequenas alterações. A tabela final aprovada será anexada a presente ata. Dando sequência a reunião, foi explicado aos presentes que as vias públicas abertas à circulação, de acordo com sua utilização, devem ser classificadas em **Vias Arteriais**, aquelas destinadas a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego; **Vias Coletoras**, aquelas destinadas tanto ao tráfego de passagem como ao tráfego local, funcionando normalmente como ligação entre as vias arteriais e locais; **Vias Locais**, aquelas destinadas ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado e **Vias Projetadas** aquelas vias previstas para ampliação futura do sistema viário. A discussão iniciou-se com a definição da hierarquia viária na área rural do município, que ficou assim definida: 1 - **Vias Arteriais**: a SC - 428 e a Estrada Geral Vista Alegre. Na SC-428 na área rural o gabarito (largura) total mínima da via deverá ser de 70,0 m (setenta metros), sendo 40,0 m (quarenta metros) a faixa de domínio da rodovia e 30,0 m (trinta metros) a área "non aedificandi", conforme Resolução do DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura. A Estrada Geral Vista Alegre deverá ter largura mínima total de 40,0 m (quarenta metros); 2 - **Vias Coletoras**: Estrada Geral Bracatinga, Estrada Geral Garrafão, Estrada Geral Campo das Flores, Estrada Geral Alto Ivaí e Estrada Geral que liga as Comunidades de Garrafão a Alto Garrafão. As vias coletoras na área rural terão

largura mínima total de 15,0 m (quinze metros); 3 - As demais estradas e acessos na área rural serão classificadas como **Vias Locais** e terão largura mínima total de 12,0 m (doze metros). 4 - **Vias Projetadas**: na área rural foi sugerida como via projetada, um anel de contorno ligando a SC-428 à SC-302, passando pelas comunidades de Valada Progresso e Vista Alegre. Essa via, chamada pelo grupo de "Rodovia do Cimento" serviria para desviar o tráfego pesado de caminhões esperado com a instalação da fábrica da Votorantim Cimentos Brasil Ltda, no município de Vidal Ramos. Esta nova via se classificará como Arterial. Na área urbana as ruas foram classificadas como: 1 - **Vias Arteriais**: SC-428, Rua 25 de Novembro, Rua Avelino Ludwig e Rua Prefeito Liberto Scheidt. A largura mínima total definida para a SC-428, no trecho entre o seu entroncamento com a Rua 25 de Novembro até o limite do Perímetro urbano em direção a Comunidade de Nova Alemanha é de 20,0 m (vinte metros); no trecho entre o seu entroncamento com a Rua 25 de Novembro até o limite do Perímetro urbano em direção a Comunidade de Samambaia é de 40,0 m (quarenta metros); para as demais vias arteriais a largura mínima total deverá ser de 15,0 m (quinze metros), com passeio mínimo de 3,00 m (três metros) em cada lado; 2 - **Vias Coletoras**: Rua Adolfo Mello, Rua João Raitz, Rua Fernando Allein, Avenida Bernardino de Andrade, Rua Celso Ramos, Rua Horacio Machado, Rua Frei Silvio e Rua Pedro Teixeira. Todas as vias coletoras deverão ter largura mínima total de 15,0 m (quinze metros), com passeio mínimo de 3,0 m (três metros) em cada lado; 3 - As demais vias do perímetro urbano serão classificadas como **Vias Locais** e terão largura mínima também de 15,0 m (quinze metros) com passeio mínimo de 3,0 m (três metros) em cada lado; 4 - **Vias Projetadas**: como proposta de vias projetadas foi sugerida alguns prolongamentos de vias atuais, conforme mapas que acompanharam o projeto de lei. Outra discussão levantada na reunião foi com relação a criação de mão única nas ruas 25 de Novembro e Avelino Ludwig, formando um sistema binário de circulação, onde a Rua 25 de Novembro seguiria no sentido Centro a Ituporanga e a Rua Avelino Ludwig no sentido



Centro a Leoberto Leal. Nesta proposta a Rua Prefeito Liberto Scheidt também passaria a ser de mão única no sentido Centro a Leoberto Leal no trecho entre a APAE até a Rua Pedro Teixeira. Essa proposta será encaminhada ao Prefeito Municipal para que tome as medidas

necessárias para a implantação da mudança no município. A reunião foi encerrada às 10:45 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 11 de Março de 2008



### 6ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: 25/03/2008

Horário: 08:30 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: Definição das Áreas de Especial Interesse Municipal

Nº de Participantes: 10 pessoas

**Ata da 6ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas

e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Imbuia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) e mais alguns convidados



para a sexta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição das Áreas de Interesse Especial municipais. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes o significado e a finalidade das Áreas de Interesse Especial, que são as áreas do território municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo, diferenciando-se do zoneamento usual. Em Imbuia a proposta de Áreas de Interesse Especial foram baseadas nas prioridades definidas na etapa de diagnóstico e classificadas em: I - Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIU; II - Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC; III - Áreas de Especial Interesse de Utilização Pública - AIUP; IV - Áreas de Especial Interesse Social - AIS; V - Áreas de Especial Interesse Turístico - AIT; VI - Área de Especial Interesse Ambiental - AIA. As **Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIU** são constituídas por áreas que demandem tratamento urbanístico próprio por sua expressão ou ainda por ser área degradada, necessitando de reestruturação urbana e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIU 01** – são as áreas destinadas à melhoria do sistema viário intermunicipal existente, facilitando o acesso ao município e o escoamento da produção (Contorno viário ligando a Rodovia SC-428 a Rodovia SC-302; melhoria do acesso a comunidade de Nova Alemanha); **AIU 02** – são áreas destinadas à melhorias nas ligações e interseções viárias municipais (implantação de semáforo no entroncamento da Rua 25 de Novembro com a Horácio Machado); **AIU 03** - áreas do município onde se há o interesse de reurbanização e/ou melhoria paisagística (Readaptação da Avenida Bernardino de Andrade as suas características originais de Avenida; melhoria paisagística ao longo da Rodovia SC-428; melhoria no Portal de acesso ao município). As **Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC** são as áreas ou edificações com interesse de tratamento especial, por ser ponto de referência da paisagem enquanto testemunho da história local ou regional. São classificadas nesta categoria as edificações históricas inventariadas no município através do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico do Alto Vale do Itajaí, no ano de 2006. (1. Capela Santo Antônio, no Centro; 2. Praça José Horácio Laurindo, no Centro; 3. Casa do Sr. Silvío Subtil de Oliveira, no Centro; 4. Chaminé da Antiga Olaria, na Nova Alemanha; 5. Casa do Sr. Nelson Allein com Estufa de Fumo, no

Centro; 6. Engenho de Farinha de Mandioca, no Alto Ivaí e E.E.B. Frei Manoel Philippi, no Centro). Como diretriz, deverá ser acrescentado a continuação do inventário do patrimônio histórico e cultural municipal. As **Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública - AIUP** são as áreas que forem necessárias para a instalação de equipamentos comunitários ou infra-estrutura física, e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIUP 01** - áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a educação básica e profissionalizante municipal (Escola de Período Integral, no Parque da FEMIVE); **AIUP 02** - áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender ao sistema de saúde pública municipal (Ampliação da unidade hospitalar e implantação de unidades de saúde nas localidades de Nova Alemanha, Garrafão e Vista Alegre); **AIUP 03** - áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a área de esportes e lazer do município (terreno localizado em frente a Prefeitura, conclusão da Praça da Raiz, implantação de praça no Conjunto Habitacional Jardim Tarumã, Parque da FEMIVE); **AIUP 04** - áreas de interesse de implantação e ampliação da capacidade de reservação atual de água para abastecimento público municipal (ampliação da capacidade do reservatório atual). As **Áreas de Especial Interesse Turístico - AIT** são constituídas pelos acessos, produtos e atrativos turísticos existentes no município (Sítio Arqueológico, na Vista Alegre; Caverna dos Índios, no Campo das Flores; Cachoeira no Parque Femive; Cachoeira na localidade de Campo das Flores; Cachoeira na Samambaia; Cachoeira do Garrafão). As **Áreas de Especial Interesse Ambiental - AIA** são as áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos, bem como as que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano. Estas áreas deverão ter prioridade de receber ações e projetos de reflorestamento com espécies nativas, sendo nelas permitidas equipamentos para fins de lazer e turismo, desde que conservada a taxa de permeabilidade do solo igual ou superior a 70% (setenta por cento) (área ao longo da Bacia do Rio Bonito; área do entorno do Parque da FEMIVE). Haveria ainda a possibilidade de se demarcar as **Áreas de Especial Interesse Social - AIS**, destinada à habitação da população de baixa renda, e que poderiam ser classificadas como **AIS 1** - os loteamentos irregulares onde se houver o

interesse de regularização jurídica da posse da terra e a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação pertinente e **AIS 2** - lotes ou gleba ainda não edificados, subutilizados ou não utilizados, onde haja interesse público em elaborar programas habitacionais para a população de baixa renda. Foi consenso do grupo não definir áreas para este fim, nem optar por inserir na lei do Plano Diretor a possibilidade de se ter lotes mínimos menores que o definido no zoneamento, para as áreas

de habitação de interesse social. Outros dois assuntos foram bastante discutidos: o de priorizar o uso do Parque da FEMIVE para atender a educação, o esporte, a cultura e o lazer; e a obrigatoriedade do uso de cisternas em edificações acima de 200,0m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), dimensionadas conforme a capacidade de captação e norma técnica existente. A reunião foi encerrada às 10:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 25 de Março de 2008



### **7ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia**

Data: **08/04/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Discussão dos Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades.**

Nº de Participantes: **14 pessoas**

**Ata da 7ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Imbuia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) e mais alguns convidados para a sétima reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes sobre os instrumentos jurídicos e urbanísticos do Estatuto das Cidades, que visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infra-estrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função

social da cidade e da propriedade. Os instrumentos urbanísticos apresentados e discutidos com o grupo formam: **1. Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios:** Serão passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, considerando solo urbano subutilizado, a propriedade urbana que não estiver cumprindo a sua função social conforme estipula o Plano Diretor ou Lei Complementar específica e que não esteja sendo utilizada para nenhuma finalidade econômica ou social. Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 01 (um) ano a partir do recebimento da notificação, protocolar o projeto de parcelamento ou edificação. Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos. Em caso de descumprimento destas condições, etapas e

prazos estabelecidos, o Município poderá aplicar alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso. Decorridos os cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, conforme prevê a legislação federal específica. Fica facultado aos proprietários dos imóveis onde incide este instrumento e que não tenham condições de edificar em seus terrenos, de propor ao Executivo Municipal o estabelecimento da modalidade do Consórcio Imobiliário.

**2. Da Transferência do Direito de Construir:** O proprietário de imóvel poderá exercer ou alienar, total ou parcialmente, mediante escritura pública, o potencial construtivo não utilizado no próprio lote, em outro local, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal, quando se tratar de imóvel demarcado como de Área de Interesse Histórico Cultural ou Áreas de Interesse Ambiental, ou ainda imóvel utilizado por programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

**3. Da Outorga Onerosa do Direito de Construir:** o Município mediante lei complementar poderá liberar o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado pelo Plano Diretor, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. Foi consenso entre os presentes o não uso deste instrumento no Plano Diretor municipal.

**4. Das Operações Urbanas Consorciadas:** Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma determinada área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo; ou a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

**5. Do Direito de Preempção:** O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares quando se tratar de implantação de

equipamentos urbanos e comunitários, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental, proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, melhorias no sistema viário municipal, regularização fundiária, entre outros. Os imóveis colocados à venda nas áreas a serem delimitadas por lei específica, devem necessariamente ser oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, pelo prazo de 05 (cinco) anos, renováveis a partir de 01 (um) ano, após o decurso do prazo inicial de vigência. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área a ser delimitada para o exercício do direito de preferência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da vigência da lei que a delimitou.

**6. Do Direito de Superfície:** O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes de seu patrimônio para fins de exploração por parte de concessionárias de serviços públicos. O direito de superfície poderá ser utilizado em todo o território do Município.

**7. Do Estudo de Impacto de Vizinhança:** Para empreendimento a serem instalados e que possam causar impactos sobre o seu entorno, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

**8. Da Regularização Fundiária:** A regularização fundiária compreende um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei, para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária. A regularização fundiária poderá ser efetivada através dos seguintes instrumentos: I - concessão de direito real de uso; II - concessão de uso especial para fins de moradia, quando se tratar de imóvel público; III - da cessão de posse para fins de moradia; IV - do usucapião especial de imóvel urbano. Estes instrumentos jurídicos e urbanísticos estarão citados na lei do Plano Diretor municipal e somente poderão ser aplicados após regulamentação específica a ser aprovada através de Lei Complementar Municipal. Na sequência foi revisto os usos do solo para cada zona do Zoneamento Municipal, conforme a tabela de índices urbanísticos, optando-se por não diferenciar o

uso pelo porte da edificação. Uma grande preocupação do grupo foi com relação aos terrenos existentes que são menores de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) e que foram vendidos por contrato antes da aprovação da lei. Para estes casos deverá ser estabelecido um prazo em lei para sua regulamentação. Outra questão levantada foi com relação aos terrenos na zona de

expansão urbana, localizados às margens da Rodovia SC-428, que deverão ter área mínima de 900,00m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), excluindo-se desta área a faixa de domínio e a área non aedificandi da rodovia. A reunião foi encerrada às 10:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 08 de abril de 2008

## **2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Imbuia**

Data: **23/04/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Auditório Valdemiro Luiz Capistrano**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema.**

Nº de Participantes: **32 pessoas assinaram a lista de presença.**

### **Regulamento da 2ª Audiência Pública:**

#### **08:30– 09:00hs**

1) Abertura, formação da Mesa de honra, apresentação dos objetivos da Audiência Pública e das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

#### **09:00 – 10:00hs**

2) Apresentação das Propostas do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

#### **10:00 – 10:45hs**

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

#### **10:45 – 11:00hs**

4) Encerramento da Audiência Pública – **15 minutos.**

**Ata da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório Valdemiro Luiz Capistrano, localizado na Rua Avelino Ludwig, Centro, a 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do município de Imbuia, objetivando apresentar os resultados da etapa de Proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema, encerrando assim a 3ª Etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia Sr. Marcos Antônio de Souza, que cumprimentou a todos, explicou os objetivos do Plano Diretor e ressaltou sua importância para o município. Em seguida convidou as seguintes autoridades e lideranças presentes para comporem a mesa de abertura: Neri Fermino - Prefeito Municipal, Faustino Kammers - Representando o Presidente da Câmara de Vereadores, Vanderlei Valdir da Silva - Presidente do Núcleo Gestor e Fabiana Meurer - Coordenadora do Plano Diretor Municipal. Fez uso da palavra o Prefeito Municipal que cumprimenta a todos, agradece a presença e fala o quanto é importante o Plano Diretor para o município. Na sequência faz uso da palavra o Sr. Vanderlei Valdir da Silva, dizendo que o Núcleo Gestor elaborou as propostas sempre pensando na comunidade e tudo o que consta nesta proposta foi consenso do grupo, não um pedido de um ou de outro. Disse também que o grupo tentou fazer o melhor, que estamos hoje colocando o assunto em aprovação, mas

com certeza se tiver algum assunto que seja necessário rever, nos rediscutiremos, sempre pensando no que seja melhor para o município. Declara aberta a Audiência Pública. Marcos Antônio de Souza apresenta o objetivo e o regulamento da Audiência Pública. A seguir desfez-se a mesa de abertura e a Arquiteta da Amavi Fabiana Meurer, coordenadora do Plano Diretor no município, informa aos presentes que novamente Imbuia é o primeiro município do Alto Vale do Itajaí a realizar esta segunda audiência pública. Inicia a apresentação das Propostas do Plano Diretor Municipal, composta de Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Municipal e Urbano, Índices Urbanísticos, Hierarquia do Sistema Viário Municipal e Urbano, as Áreas de Especial Interesse e por fim uma breve explanação sobre os Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades. Explica também que o próximo passo é a elaboração do projeto de lei e o seu encaminhamento à Câmara de Vereadores para aprovação. Na sequência é aberto espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes em face do conteúdo apresentado, encaminhados por escrito ou através de manifestação oral. Sr. Paulo Alfonso Gesser, parabenizou a equipe do núcleo gestor pela proposta e mostra preocupação com os desmembramentos: acha a testada mínima de quinze metros muito grande tanto para os terrenos novos como para as situações já existentes que possam sofrer um futuro



desmembramento. Dá como exemplo um terreno de vinte e nove metros e oitenta de frente e quarenta de fundo, portanto, com uma área aproximada de mil e duzentos metros quadrados e que não dá para dividir em dois, pensa que deveria ser flexibilizado esta questão. Diz que a lei estadual exige frente mínima de doze metros e que existem terrenos em Imbuia, no Conjunto Habitacional Jardim Tarumã com apenas cento e sessenta e cinco metros quadrados. Acha que a capacidade econômica do município ainda não está preparada para receber lotes de frente mínima com quinze metros. Sugere que seja melhorado os calçamentos e o aspecto das ruas, fazendo-se entre outras coisas arborização ao longo das mesmas para tornar a cidade mais atrativa para acolher as pessoas que irão trabalhar na Votorantim em Vidal Ramos. Diz ainda que deveria ter uma equipe técnica para aprovar ou desaprovar determinadas situações novas que possam aparecer após a aprovação da lei. Fabiana Meurer pergunta se há necessidade de fazer uma votação sobre esse assunto que se tornou polêmico. O Prefeito Municipal diz que entende a preocupação com o tamanho mínimo dos lotes e sugere incluir na lei uma regra de que até três lotes possa ser desmembrados com doze metros de frente e trezentos e sessenta metros quadrados de área mínima. Acima de três lotes, permaneceria os quinze metros de frente e os quatrocentos e cinquenta metros quadrados. Fabiana Meurer explica que a proposta do lote mínimo de quatrocentos e cinquenta metros quadrados foi pensando da qualidade do espaço, situação que pode ser feita aqui diferentemente dos municípios vizinhos que tem uma situação topográfica diferente. Paulo Alfonso Gesser sugere que para terrenos com área maior que quatrocentos e cinquenta metros quadrados possa ter frente menor que quinze metros. Nilberto Sezerino sugere que para desmembramentos se aceite adotar doze metros de frente e nos loteamento a maioria dos lotes sejam de quinze metros mais que na área total, uma porcentagem dos lotes possam ser de doze metros de frente. Carlos Schmitz da Epagri acha que essa porcentagem de terrenos que não tem possibilidade de serem feitos com frente mínima de quinze metros, sejam usados como área verde do loteamento. Néri Fermينو acha que essa porcentagem de lotes menores no loteamento sejam reservados a moradia econômica. Paulo Alfonso Gesser fala que existem no município muitas pessoas que tem seu terreno adquirido por contratos, inclusive por contratos verbais, e que a maioria destes são menores de

quatrocentos e cinquenta metros quadrados. Pergunta como estas pessoas farão para regularizar seus lotes após a aprovação da lei. Longino Bennert acha que para as situações existentes tudo bem, mas para as novas situações seja adotado os quatrocentos e cinquenta metros quadrados. Carlos Schmitz diz que a lei não é retroativa, as situações existentes por contrato podem ser regularizadas depois da aprovação da lei. Vanderlei Valdir da Silva sugere que na próxima reunião com o núcleo gestor seja decidido este assunto. Deise Bennert sugere que nessa próxima reunião do núcleo gestor Paulo Alfonso Gesser participe e traga junto situações existentes que possam servir de exemplo e contribuir pra discussão do assunto. O Prefeito Néri Fermينو pergunta aos presentes se todos autorizam o núcleo gestor a estudar melhor e a adaptar essa questão do lote mínimo. Todos concordam. O Sr. José Mário Hommer pergunta se não tem como desmembrar lotes na área rural com área menor de três hectares. Nilberto Sezerino pergunta como ficará o plantio de eucalipto na beira de estradas e extremas, que esse assunto não foi contemplado pela proposta. Sugere também a inclusão de uma cachoeira que existe na divisa com o Rio dos Bugres entre as Comunidades de Nova Alemanha e Chapadão da Unida, segundo ele, a maior cachoeira do município, como Área de Interesse Turístico. Fabiana Meurer diz que a regulamentação das áreas de reflorestamento não precisa estar contemplada no Plano Diretor, que pode ser feita uma Lei municipal específica para tratar desse assunto. Citou ainda a existência de um Decreto Estadual do Corpo de Bombeiros que pode ser seguido e que estabelece dez metros de recuo ao longo de toda a área reflorestada. Este assunto também será definido na próxima reunião com o Núcleo Gestor. Dulciani Allein Schlickmann fala que este recuo para áreas reflorestadas deveria ser definido conforme o porte da árvore e convida os presentes para participarem da consulta pública de criação de uma unidade de conservação no município: o Parque Natural Municipal "Trilha dos Bugres", a ser realizada no dia quinze de maio, às dezenove e trinta horas, no auditório Valdemiro Luiz Capistrano. Paulo Alfonso Gesser questiona se a área mínima exigida de reserva legal nas propriedades agrícolas, em algumas situações em que inviabiliza a propriedade, possa ser preservada em outro local. Dulciani Allein Schlickmann explica que isso já pode ser feito, mas a área que for receber essa transferência tem de ser na mesma Bacia Hidrográfica. Paulo Alfonso Gesser sugere a criação de um

fundo de Meio Ambiente e a utilização das multas dos apenados de crime ambiental para este fundo. Néri Fermino falou da última Assembléia da AMAVI, realizada em Vidal Ramos com participação do pessoal da Votorantim onde o tema principal foi a implantação da fábrica de cimento. Foi dito na ocasião que a pavimentação asfáltica de Imbuia à Rodovia SC – 302 é prioridade para a empresa, pois oitenta por cento da produção irá passar por aqui. Nilberto Sezerino falou da importância da preservação da água no município. Sugere a adoção de métodos de captação de água da chuva nas edificações. Faz também uma crítica quanto ao início da audiência pública com trinta minutos de atraso. Carlos Schmitz comenta que a Votorantim em Vidal Ramos movimentará em torno de duzentos e oitenta caminhões por dia e que

oitenta por cento deles irão passar por Imbuia, tanto levando cimento como voltando com insumos para abastecer a fábrica. O problema é que nossa malha viária não suporta o transporte pesado que irá passar por aqui. Quanto a preocupação com moradias pelo menos na fase de implantação da fábrica, a previsão é que a maior parte dos funcionários irão morar em Ituporanga e Rio do Sul. Nada mais havendo a tratar, Sra. Fabiana Meurer passou a palavra para Vanderlei Valdir da Silva que agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Audiência Pública por volta das onze horas e quinze minutos, gravando-se em áudio a mesma e lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art. 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18/03/05. Imbuia, 23 de Abril de 2008.



## ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI

O primeiro passo desta quarta e última etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo é a discussão e revisão das Propostas com base no resultado da 2ª Audiência Pública.

Na sequência inicia-se a discussão do projeto-de-lei com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT, baseado nas propostas e diretrizes.

### Reunião de Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Imbuia

Data: **06/05/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **16 pessoas**

**Ata da Reunião de Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a reunião de avaliação da segunda Audiência Pública do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião apresentando ao grupo os principais pontos de discussão e as principais sugestões apresentadas durante a realização da segunda Audiência Pública, no dia vinte e três do mês de abril. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: I – alteração do tamanho mínimo dos lotes, que na proposta inicial era de 450,0m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com frente mínima de 15,0m (quinze metros), para 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com frente mínima de 12,0m (doze metros) tanto para loteamentos como para desmembramentos, na Zona Residência – ZR, Zona Comercial e Serviços – ZCS e Zona Mista – ZM. II – Para os lotes de esquina, tanto para loteamentos como para

desmembramentos a área mínima deverá ser de 450,0m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com frente mínima de 15,0m (quinze metros), para compensar a área de terreno que se perde com os recuos. III – ficou definido o recuo mínimo de 10,0m (dez metros) para o plantio de espécies exóticas (pinus e eucalipto) tanto nas divisas laterais e fundos dos terrenos, como na frente a partir do eixo da estrada, conforme legislação estadual existente e salvo alterações na lei. Ficará também proibido o plantio destas espécies exóticas nas áreas de preservação permanente – APP. Fabiana Meurer ficou encarregada de verificar a existência de alguma Instrução Normativa da FATMA que regulamente as áreas de plantio de exóticas. IV - incluir a cachoeira localizada no Arroio Nova Alemanha, próximo a divisa com o município de Ituporanga, como Área de Especial Interesse Turístico – AIT, assim como todas as cachoeiras e quedas d'água existentes no município. A reunião foi encerrada às 10:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Imbuia, 06 de Maio de 2008



## Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor de Imbuia

Data: **20/05/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **14 pessoas**

**Ata da Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor do Município de Imbuia:** Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a reunião de discussão do projeto de lei do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião dizendo aos presentes que todas as propostas discutidas estão inseridas no projeto de lei, inclusive as prioridades definidas no diagnóstico que foram inseridas na forma de diretrizes no Capítulo de Políticas Públicas Setoriais. Passou-se então a uma leitura do projeto de lei e discussão dos assuntos mais polêmicos ou ainda não totalmente discutidos. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: 1. No Capítulo IV – Do Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo, Seção V – Das Áreas de Preservação Permanente, Art. 67, no parágrafo 2º que trata das áreas de preservação permanente em áreas urbanas, no item b) alterar raio de preservação ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água artificiais, de 10 (dez) metros para 15 (quinze) metros; no item c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, alterar o raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura para 15 (quinze) metros e discutir a viabilidade desta substituição como o Ministério Público da Comarca. 2. No Capítulo IV – Do

Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo, Seção VI – Das Áreas de Especial Interesse, Subseção V – Das Áreas de Especial Interesse Social, retirar o parágrafo único do Art. 82 que estipula tamanhos mínimos dos lotes destinados a empreendimentos de habitação de interesse social para atender ao assentamento de famílias de baixa renda. 3. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção II – Do Uso do Solo, retirar do Art. 96 o parágrafo 7º que trata do porte das edificações. 4. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção IV – Da Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações, acrescentar mais um parágrafo no Art. 102 incentivando a implantação de cisternas nas edificações menores que 200 m² (duzentos metros quadrados). 5. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção V – Das Futuras Ampliações da Área Urbana, retirar do Art. 104 os incisos II, III e IV. 6. No Capítulo VI – Do Parcelamento do Solo, no Art. 105 retirar os parágrafos 4º e 5º que trata dos parcelamentos com lotes menores que o mínimo estabelecido, para atender as famílias de baixa renda. No Art. 107, retirar os parágrafos 1º e 2º que estipulam prazos para registro do parcelamento no Cartório de Registro de Imóveis e 7. No Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias, alterar o art. 134, que trata da data em que a lei entrará em vigor, para "a partir de 01/01/09". A reunião foi encerrada as 11:00 hs, estando presentes os

seguintes membros, conforme lista de

presença assinada em anexo. Imbuia, 20 de  
Maio de 2008



## ENTREGA DO PLANO DIRETOR AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A entrega do Plano Diretor Participativo de Imbuia ao Poder Executivo Municipal foi durante uma Assembleia Geral da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, realizada dia 11 de Julho em Pouso Redondo, onde foram entregues mais 16 Planos Diretores da região. Esse trabalho é considerado inédito, uma vez que, pequenos e médios municípios, mesmo sem exigência legal, elaboraram seus planos diretores. A partir de agora, com o plano diretor, outros projetos poderão ser executados nos municípios, como o plano municipal de saneamento, plano de habitação de interesse social, plano regional de turismo, enfim, muitos outros que têm como objetivo o desenvolvimento ordenado e planejado.

Para a elaboração do Plano Diretor foram chamadas as comunidades locais, as quais participaram ativamente de todo o processo, que terá continuidade nos próximos anos através da sua implementação. Na ocasião da entrega, o presidente da AMAVI, prefeito Paulo Cezar Schlichting da Silva destacou o empenho dos ex-presidentes, que em anos anteriores deram início e continuidade a esse projeto, e especialmente a equipe de arquitetos da AMAVI, que assumiu a responsabilidade técnica do trabalho.



## MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

### Convite 1ª Audiência Pública



**Convite**

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
e a Prefeitura Municipal,  
têm o prazer de convidá-lo para  
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo  
desta cidade.

Data: 23/10/2007 Horário: 14:00hs

Local: Auditório Valdemiro Luiz Capistrano

Plano   
Diretor   
Participativo



**AMAVI**  
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
PREFEITURA MUNICIPAL

### Convite 2ª Audiência Pública



**Convite**

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
e a Prefeitura Municipal,  
têm o prazer de convidá-lo para  
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo  
desta cidade.

Data: 23/04/2008 Horário: 08:30hs

Local: Auditório Valdemiro Luiz Capistrano

Plano   
Diretor   
Participativo



**AMAVI**  
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
PREFEITURA MUNICIPAL

Outdoor da 2ª Audiência Pública





## Folheto de divulgação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA



### O QUE É O PLANO DIRETOR?

O Plano Diretor é uma lei municipal que tem por finalidade organizar o crescimento e o funcionamento do município. Ele define como deve ser dividido o espaço físico do município, de que maneira e onde devem ser construídas as residências, os comércios, as indústrias, os prédios e os espaços públicos.

O Plano vale para todo o município, ou seja, para as áreas urbanas e também para as rurais. Ele deve definir regras para que a cidade se desenvolva de maneira sustentável, respeitando o meio ambiente, zelando pela preservação do seu patrimônio histórico (casas antigas, igrejas, praças) e pelos recursos naturais do município (rios, matas, fauna), garantindo uma qualidade de vida melhor para toda a população.

A expressão Plano Diretor vem de planejar, o que significa prever e tentar solucionar os problemas antes mesmo que eles ocorram. Assim, podemos direcionar o crescimento da cidade e evitar problemas futuros. Se a sua região apresenta problemas, podemos, através do Plano Diretor, criar condições de infra-estrutura para que tentar solucionar esses problemas.

*“O Plano Diretor deve ser elaborado com a participação de toda a sociedade. No Plano Diretor deve estar o projeto de cidade que queremos ter. Ele planeja o futuro da cidade decidido por todos”.*

### POR QUE É IMPORTANTE QUE VOCÊ PARTICIPE DO PLANO DIRETOR?

Participar do Plano Diretor é construir coletivamente uma regra que afeta diretamente seu cotidiano. Por exemplo, o Plano pode alterar o quanto você pode construir no seu lote, pode alterar os usos permitidos para o seu lote, pode criar zonas verdes e parques para o lazer da população, prever equipamentos para a área rural, pode garantir terra para os mais pobres, prever melhorias nas estradas vicinais, entre outros.

As discussões sobre o que queremos para a cidade, muitas vezes, mostram os diferentes pontos de vista, os conflitos. Por isso, você deve participar para garantir que seus interesses sejam debatidos, negociados e pactuados. Você tem papel ativo nessa discussão, não deve esperar que os outros decidam por você.

**O PLANO DIRETOR DEVE SER FRUTO DE UMA DECISÃO COLETIVA.  
TODOS DEVEM PARTICIPAR!!!!**

Cartaz de divulgação



# Ajude a fazer a cidade de todos.

O País está se preparando para um novo ciclo de crescimento. Para que este desenvolvimento seja incluyente e sustentável é fundamental planejar as cidades de forma participativa. Por isso, o Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, está convidando você a participar do planejamento da sua cidade. Procure a prefeitura, a câmara municipal, entidades ou associações de sua cidade. **Informações no [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)**

Patrocinadores:

Assoc:   